



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
GABINETE DA CONCILIAÇÃO
PLATAFORMA AMBIENTAL E INDÍGENA – ROTA BIOCEÂNICA

MEMORIAL DE REUNIÃO

Às 17 hs do dia 28/06/2023, por videoconferência, reuniram-se Dr. Luis Carlos Hiroki Muta – Desembargador Federal (Gabinete da Conciliação), Dra. Ana Lúcia Iucker (Juíza Federal Coordenadora Cecon/SP), Dra. Raecler Baldresca (Juíza Federal em São Paulo), Dr. Paulo Arena Filho (Juiz Federal em auxílio à Presidência), Dr. Fernando Nardon Nielsen (Juiz Federal de Campo Grande/MS), Dra. Dinamene Nascimento Nunes (Juíza Federal - CERCON/ Dourados), Dr. Daniel Chiaretti (Juiz Federal Substituto de Corumbá/MS), Dr. Eduardo Pelela (Ministério Público Federal da 3ª Região), Dra. Candice Gabriela Arosio (Ministério Público do Trabalho/MS), Dra. Luiza Vieira Sá de Figueiredo (Juíza de Direito em Corumbá/MS), Dra. Ana Carolina Ali Garcia (Procuradora Geral do Estado de Mato Grosso do Sul), Dr. Luciano Furtado Loubet (Promotor de Justiça do Núcleo Ambiental do MS), Dr. Juliano Fernandes Escoura (AGU), Dra. Cristiane Viegas (Presidente da Comissão de imigrantes e Refugiados da OAB/MS), Dr. Ruberval Maciel (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul), Sr. Jaime Elias Verruck (Secretário do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul), Coronel Pires (Ministério da Defesa), Capitão de Fragata Elço Neves (Ministério da Defesa – seção de Apoio ao Estado), Sr. Alberto Yoshikasu Maeda (Coordenador de Estudos e Projetos Ambientais – DNIT), Sr. Lúcio Lagemann (Assessor de Logística Semadesc/MS), Sr. Pedro Silva Barros (IPEA), Sr. Hélio Roberto Silva de Sousa (Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário – Ministério dos Transportes), Sr. Euro Nunes Varanis Júnior (DNIT), Sr. Alexandre Guimarães Bilich Neumann (DNIT), Sra. Eliana Nunes da Silva (Ministério dos Transportes), Sra. Aldeíres Cristina Souza Oliveira Santos (Ministério dos Transportes), com intuito da criação de um canal de comunicação hábil nesta Plataforma Ambiental – Rota Bioceânica.

Inicialmente o Des. Fed. Carlos Muta agradeceu a presença de todos e mencionou que esta plataforma foi instituída e concebida como meio de troca de experiências para buscar soluções entre vários parceiros na área de proteção no meio ambiente, incentivo na política de controle e fiscalização ambiental, evitando com isso a propositura de ações no âmbito da Justiça Federal. Esta plataforma, inicialmente, foi dedicada a discussão na questão de incêndios da área do Pantanal, teve bastante êxito,

se exauriu e hoje, percebeu-se que as instituições estão conversando fora da plataforma, o que é muito positivo, visto que o objetivo da plataforma e do gabinete de conciliação não é concentrar todas as atividades e sim, permitir que haja um diálogo interinstitucional que propicie o alcance de objetivos comuns das instituições. Com esta mesma perspectiva, a discussão agora é um tema novo, de alta importância política, econômica e social para o Estado de Mato Grosso do Sul, como para todo o País, que é a Rota Bioceânica, que vai interligar o Porto de Santos com um Porto no Chile, passando pelo Estado de São Paulo, de Mato Grosso do Sul e vai até o Chile, com acesso ao Pacífico. Tudo isso traz uma série de desafios, de estruturação da infraestrutura necessária para viabilizar esses projetos, assim como outras demandas relacionadas ao meio ambiente, ao controle alfandegário, ao controle de fiscalização da polícia administrativa do Estado e da União, de modo que ela foi concebida para que se possa discutir todas essas variadas e complexas questões.

Com a palavra, a Juíza Federal, Dra. Ana Lúcia informou que a pauta a ser discutida nesta reunião é sobre como evitar os atropelamentos dos animais silvestres na Rota Bioceânica.

Dr. Luciano, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, inquireu se existe algum processo judicializado ou se é uma iniciativa proativa do Tribunal, visto que o MP/MS também está criando um grupo de trabalho sobre a questão da Rota Bioceânica. Será uma mudança logística no Brasil, no entanto, até agora o Estado não possui nenhum estudo de impacto sócio ambiental sobre a temática.

Des. Fed. Carlos Muta, explicou que não há nenhum processo judicial e a conciliação trabalha em duas frentes, sendo que essa talvez seja a mais importante, mais inovadora, que é o trabalho pré-processual, ou seja, antever o problema para se preparar institucionalmente para resolvê-lo. Disse que essa rota gerará a necessidade de ampliação da estrutura de varas federais para acompanhar a questão dos crimes ambientais, de sonegação, tributários e outros, além de problemas alfandegários.

Dr. Paulo Arena, juiz federal, informou que já há um estudo avançado pela Presidência para a instalação de varas federais no Estado de Mato Grosso do Sul, e uma inclusive, ser instalada no Município de Jardim, justamente pensando no impacto que essa rota terá.

Sr. Jaime, secretário do Meio Ambiente, reforçou a importância da criação de uma Vara Federal em Jardim, pois congrega toda a região de fronteira, além de ser uma área turística. Informou que o Ministério de Orçamento e Planejamento do Brasil criou um grupo de acompanhamento dos corredores bioceânicos para definir o nível de governança, além de haver um estudo sobre o aumento de fluxo nas rodovias e o seu impacto no atropelamento de animais. Realçou que há uma série de ações avançando e

que os outros países também possuem a mesma preocupação em relação ao desenvolvimento da Rota Bioceânica.

Dra. Ana Carolina, Procuradora Geral de Mato Grosso do Sul, com a palavra, agradeceu o convite para participar da reunião e disse estar à disposição.

Dr. Luciano, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, indagou se seria possível a disponibilização do EVTEA e disse também que existe uma fragilidade na legislação brasileira quando se trata de programa, como neste caso, falta uma governança única de diálogo, uma visão geral de quais são todos os impactos que podem acontecer, enfim, falta um estudo amplo, uma compilação geral da Rota Bioceânica. Sugeriu uma medida de compilar todas as informações da Rota Bioceânica.

Dr. Ruberval, da UEMS, informou que a Universidade tem acompanhado a implementação do corredor desde 2016 e feito parte das reuniões governamentais. Disse também que foi construído uma rede, a UNIRILA, formada por oito universidades do Brasil, uma do Paraguai, três da Argentina, duas do Chile e que a UEMS possui um projeto chamado UEMS na Rota, com 138 pesquisadores. Quando essa rede foi construída, havia um grupo específico para falar sobre o impacto, no entanto, no início não era muito bem-vindo, assim, grande parte dos projetos que se tem atualmente é feito pela SUDECO. Recentemente, estão negociando de fazer o plano diretor de Porto Murtinho, uma vez que a atual localização não comporta o crescimento da cidade. Noticiou que há um professor da Universidade que trabalha em cima do projeto Estrada Viva, para evitar os atropelamentos nas rodovias.

Sr. Pedro Silva Barros, do IPEA, comunicou que o Ministério do Planejamento acabou de criar um subcomitê sobre desenvolvimento e integração regional e a orientação da Ministra é bem clara no sentido de que esse corredor que é excepcional, é um único projeto de infraestrutura que envolve mais de dois países. O tema da governança tem relação direta com atuação dos governos subnacionais. O IPEA tem um convênio com uma instituição chilena que foi base para uma pesquisa com duzentos atores do corredor que tratava do diagnóstico e propostas para melhorar a governança do corredor. Informou também que o IPEA fez uma proposta de criação de duas novas mesas, uma sobre os temas ambientais e sociais e a outra sobre a segurança fronteiriça.

Des. Fed. Carlos Muta, enfatizou sobre a questão da organização aduaneira, visto que também é de interesse da Justiça Federal, como a Receita Federal está se organizando para a fiscalização. Outro aspecto importante levantado pelo sr. Paulo é a Rota Bioceânica pelo enfoque internacional, como os parceiros internacionais do Brasil estão compreendendo isso para construir um modelo multinacional que produza efeitos positivos para todos envolvidos do projeto.

Dra. Cristiane Viegas, da OAB/MS, informou que faz parte do Comitê da Rota Bioceânica da OAB/MS e disse estar preocupada sobre os estudos dos impactos sociais no Estado. Visitaram a cidade de Porto Murtinho e ouviram o povo local, os agentes municipais, o prefeito sobre a preparação para a Rota e perceberam que não estão preparados para a chegada de uma obra de tamanha grandeza. Está havendo muitas reuniões, conversas, diálogos, no entanto, um trabalho efetivo de prevenção, ainda não há e tem que ser feito.

Sr. Lúcio Lagemann, assessor de logística Semadesc/MS, pediu a palavra para pontuar que Porto Murtinho perdeu população, 12,7% de decréscimo da população, dados este do IBGE. Ele será o portal da Rota, razão pela qual, tem feito parcerias com várias instituições para estender um auxílio para Porto Murtinho, no intuito de qualificar, de estar atento a todas as questões e ressaltou que percebeu uma questão cultural local, ainda não tomaram por apropriação de fato, não têm noção da grandiosidade dos efeitos da Rota Bioceânica. Enfatizou que é necessário centralizar as informações, trabalhar em parceria com o Ministério Público, com outras instituições, outras secretarias para se criar as ações necessárias.

Dr. Fernando, juiz federal, ressaltou que a escolha pelo novo tema nesta plataforma foi muito acertada, pois há muitos assuntos de impactos que irão interferir na jurisdição e no Brasil como um todo. Ressaltou o dito pelo Dr. Ruberval sobre a Estrada Viva que toca especificamente a questão ambiental e pediu para que se colocasse no chat o contato da pessoa encarregada pelo projeto. Sugeriu que se compartilhassem também links, textos, publicações, artigo e estudos sobre a Rota Bioceânica para compilar os artigos e ter um nivelamento de conhecimento. Com relação a criação de duas outras mesas sugeridas pelo Dr. Pedro, algum integrante da plataforma poderia fazer parte delas para se ter acesso direto de todas as informações.

Na sequência, Dra. Luíza Vieira Sá de Figueiredo, juíza de direito, disse que faz parte do programa de formação de magistrados com enfoque no exercício da jurisdição de fronteira, pois demanda uma formação específica. Informou ainda que houve um Congresso em Corumbá, em novembro de 2022, e uma das mesas foi a Rota Bioceânica. Declarou que o grupo de pesquisa está à disposição da plataforma, onde atualmente o grupo trabalha no mapeamento dos juízos de fronteira.

Dra. Raecler Baldresca, juíza federal, com a palavra, relembrou o objetivo inicial da criação da Plataforma Ambiental (2020/2022), em reunir as instituições para tratar dos problemas da atualidade que são tão complexos. E hoje, disse estar muito satisfeita em ver que a plataforma está envolvida com um tema importantíssimo, uma vez que envolve muitas instituições, muitos órgãos, muitas jurisdições e neste caso, de âmbito internacional. A questão ambiental traz uma fluidez, um alcance internacional de

eventuais lesões e problemas. Ressaltou que a maior parte dos problemas decorre da falta de comunicação e articulação, razão essa, porque os órgãos administrativos sempre se comunicaram pelos processos, mas hoje, depois da pandemia, houve um aumento dessa articulação por vídeo conferência que ajudou em muito a comunicação. Ficou surpresa com as reuniões da plataforma, pois percebeu que o ajuste, a conversa entre instituições está propiciando a resolução de problemas, isso é na verdade, uma mudança significativa de cultura.

Dr. Eduardo Pelela, do Ministério Público Federal da 3ª Região, reforçou sobre a necessidade de um olhar atento às populações das regiões que serão atingidas diretamente com a Rota Bioceânica. Disse que já indagou a outros colegas se existe algum procedimento que centralizasse as preocupações do MPF sobre a Rota Bioceânica, e sugeriu que talvez fosse o caso de se abrir um procedimento de acompanhamento para sistematizar a atuação do MPF perante o tema. Ressaltou também que fará contato com os colegas de 1º grau para que eles participem das reuniões, uma vez que são importantes no acompanhamento do assunto.

Dra. Candice Gabriela Arosio, do Ministério Público do Trabalho/MS, com a palavra, declarou que tudo que envolve a Rota Bioceânica irá afetar diretamente as relações trabalhistas, formais e informais que permeiam a região. Destacou que a região possui altos índices de trabalho condicionado à escravidão e potencialmente as ilicitudes tendem a aumentar com a implementação da Rota, sendo assim, informou que já há um procedimento de acompanhamento instaurado na regional. Reforçou que para ter um resultado efetivo no sentido de proteger a população é necessário a soma de esforços e união das várias instituições, uma vez que, é dever de todas as instituições contribuir da melhor forma.

Des. Fed. Carlos Muta, devido a diversas implicações que a Rota Bioceânica causará, propôs a criação de temas e reuniões específicos, sugerindo aos participantes o envio de propostas para serem discutidas no desenrolar das reuniões para a criação de subgrupos dos variados aspectos desse grande projeto de desenvolvimento, onde transformará a realidade de milhões de pessoas. Na sequência, finalizou a reunião e agradeceu a presença de todos.

Nada mais, para constar eu, Chantal Araujo Cuoco, RF 3148, redigi o termo.